

Interfaces da missão: uma leitura das *encíclicas missionárias pré-conciliares*

*Interfaces de la misión: una lectura de las encíclicas
misionera preconciliares*

*Interfaces of mission: a reading of the pre-conciliar
missionary encyclicals*

Rafael Lopez Villasenor¹

Resumo

Este ensaio tem como objetivo analisar a metamorfose teológica e missionária da Igreja, antes do Concílio Vaticano II, a partir das encíclicas missionárias. A pesquisa começa do modelo da *plantatio Ecclesiae*, que compreendia a missão principalmente como expansão geográfica da Igreja, passando pela orientação teológica exclusivista. A primeira grande encíclica missionária foi *Maximum Illud*, que abordou a universalidade da missão, a separação entre evangelização e colonialismo, a formação do clero local, a competência dos missionários e a cooperação missionária. Os papas que sucederam Bento XV até o Vaticano II, todos publicaram encíclicas missionárias, inspiradas por *Maximum Illud*, incorporando novos elementos para responder às necessidades da atividade missionária da Igreja. De tal modo que, Pio XI escreveu *Rerum Ecclesiae* (1926), Pio XII *Evangelii Praecones* (1951) e *Fidei Donum* (1957), João XXIII *Princeps Pastorum* (1959). Gradualmente, essas encíclicas foram mudando a prática da missão *ad gentes*, enriquecendo a noção de evangelização e, ao mesmo tempo, contribuindo para a reconfiguração da Igreja em vista da missão universal, no panorama mutável do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Missão; *Plantatio Ecclesiae*; Encíclicas; Vaticano II.

Resumen

Este ensayo tiene como objetivo analizar la metamorfosis teológica y misionera de la Iglesia, antes del Concilio Vaticano II, a partir de las encíclicas misioneras. La investigación empieza con el modelo de *plantatio Ecclesiae*, que entendía la misión principalmente como expansión geográfica de la Iglesia, pasando por la orientación teológica exclusivista. La primera gran



¹ Doutor em Ciências Sociais, mestre em Ciências da Religião. Editor-chefe da Revista Missão e Culturas; Secretário da União Missionária das Pontifícias Obras Missionárias. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2632-1842> Email: rafamx65@gmail.com.

encíclica misionera fue *Maximum Illud*, que abordó la universalidad de la misión, la separación entre evangelización y colonialismo, la formación del clero local, la competencia de los misioneros y la cooperación misionera. Los Papas que sucedieron a Benedicto XV hasta el Concilio Vaticano II, publicaron encíclicas misioneras, inspiradas por *Maximum Illud*, incorporando nuevos elementos para responder a las necesidades de la actividad misionera de la Iglesia. De tal manera que Pío XI escribió *Rerum Ecclesiae* (1926), Pío XII *Evangelii Praecones* (1951) y *Fidei Donum* (1957), Juan XXIII *Princeps Pastorum* (1959). Poco a poco, estas encíclicas fueron cambiando la práctica de la misión *ad gentes*, enriqueciendo la noción de evangelización y, al mismo tiempo, contribuyendo a la reconfiguración de la Iglesia en vista de la misión universal, en el panorama cambiante del mundo contemporáneo.

Palabras clave: Misión; *Plantatio Ecclesiae*; Encíclicas; Vaticano II.

Abstract

This essay aims to analyze the theological and missionary metamorphosis of the Church, before the Second Vatican Council, from the missionary encyclicals. The research begins with the model of the *plantatio Ecclesiae*, which understood mission mainly as the geographical expansion of the Church, passing through the exclusivist theological orientation. The first major missionary encyclical was *Maximum Illud*, which addressed the universality of mission, the separation between evangelization and colonialism, the formation of the local clergy, the competence of missionaries, and missionary cooperation. The popes who succeeded Benedict XV until Vatican II all published missionary encyclicals, inspired by *Maximum Illud*, incorporating new elements to respond to the needs of the Church's missionary activity. In such a way that Pius XI wrote *Rerum Ecclesiae* (1926), Pius XII *Evangelii Praecones* (1951) and *Fidei Donum* (1957), John XXIII *Princeps Pastorum* (1959). Gradually, these encyclicals have changed the practice of mission *ad gentes*, enriching the notion of evangelization and, at the same time, contributing to the reconfiguration of the Church in view of the universal mission, in the changing panorama of the contemporary world.

Keywords: Mission; *Plantatio Ecclesiae*; Encyclicals; Vatican II.

1. Introdução

A missão faz parte da história da Igreja, realizada e compreendida de diferentes maneiras. Antes do Concílio Vaticano II, o paradigma predominador da missão era a *plantatio Ecclesiae*, ou seja, a criação de igrejas locais como forma de garantir a expansão institucional do cristianismo, com base no axioma *Extra Ecclesiam nulla salus* (fora da Igreja não há salvação). Assim sendo, a missão foi realizada entre luzes e trevas, como expansão geográfica e institucional, com uma visão colonizadora e eurocêntrica. Contudo, nas primeiras décadas do século XX, começa a emergir uma reflexão missionária crítica, motivada pelas mudanças geopolíticas, o surgimento das igrejas locais e a necessidade de repensar o papel da Igreja no mundo.

Este ensaio tem como finalidade analisar a metamorfose da teologia missionária, a partir



das encíclicas missionárias, que serviram de base para o Concílio Vaticano II e iluminaram a elaboração do decreto *Ad Gentes*. Os documentos missionários estão em sintonia com a primeira grande encíclica missionária do século XX, a *Maximum Illud* do Papa Bento XV, que procurou a separação entre missão e colonialismo, pois a missão da Igreja não deveria estar ligada a interesses políticos ou coloniais, apresentou a universalidade da missão, a formação do clero local e o apoio às Obras Missionárias. De tal modo, Pio XI, na *Rerum Ecclesiae*, acentuou a necessidade de formar um clero nativo, para que a missão não dependesse das igrejas da Europa. Pio XII na *Evangelii Praecones* destacou os avanços missionários e os perigos que a Igreja passava e na *Fidei Donum*, fez o apelo para que as dioceses de países com mais recursos enviem sacerdotes aos “territórios missionários” na África. João XXIII, na *Princeps Pastorum*, destacou a importância das missões católicas e da participação missionária dos leigos.

2. A teologia da *Plantatio Ecclesiae*: um modelo missionário expansionista

A missão acompanha a história da Igreja desde os primeiros séculos, iniciada nos grandes centros do Império Romano, marcada por acertos e erros, luzes e sombras. Para Paulo Suess (2024, p. 20) “nas sandálias da comunidade missionária há poeira e sangue; nas roupas o cheiro de ovelha; em sua vida a necessidade de conversão permanente; em seus corações o desejo de perdoar e ser perdoado”. O que ontem foi uma inculturação bem-sucedida, hoje pode tornar-se um peso, pois a missão está sempre em transformação e mudança.

A teologia da *Plantatio Ecclesiae* tem suas raízes na patrística, mas foi solidificada como modelo missionário após o Concílio de Trento e influenciada pelas escolas missionárias do século XIX. Consolidou-se com a expansão missionária ligada ao colonialismo europeu. Para facilitar a Evangelização, em 1622, o Papa Gregório XV fundou a *Propaganda Fide* (atualmente, Dicastério para a Evangelização). A missão era concebida como uma expansão territorial, cujo objetivo principal era a fundação de estruturas eclesiais completas, com liturgia, hierarquia, doutrina e disciplina, nos chamados “territórios de missão”. O modelo expansionista refletia uma eclesiologia institucional em que a Igreja visível era o único meio ordinário de salvação, conforme o axioma, *extra Ecclesiam nulla salus*, atribuída por alguns teólogos a Orígenes e por outros a São Cipriano, formulação que foi retomada pelo Concílio de Florença em 1442, visão que permaneceu até antes do Concílio Vaticano II. A salvação era identificada com a incorporação dos povos não cristãos à estrutura eclesial (Villasenor, 2011). A missão era concebida como extensão da Igreja europeia, sem muita atenção à diversidade cultural, nem à autonomia das comunidades locais.

Com a visão eurocêntrica a ação missionária estava voltada à expansão institucional da Igreja e à salvação individual de almas, sustentada pelo axioma *Extra Ecclesiam nulla salus*, considerava a Igreja como único caminho para a salvação. A teologia e a ação missionária estavam baseadas na visão eclesiocêntrica, eurocêntrica, colonialista e exclusivista. A missão consistia em estabelecer os sinais visíveis da Igreja por meio do projeto que visava uma Igreja local sem qualquer inculturação e promovia a expansão geográfica como extensão do colonialismo europeu. Assim, o cristianismo que chegava nas novas igrejas era eurocêntrico e conquistador, marcado pela força e imposição, isto é, entre a cruz e a espada. A missão era parte integrante da expansão colonial europeia, sustentada por uma perspectiva

eurocêntrica do conhecimento, da teologia e da construção teórica da ideia de raça e cultura, “evangelizar era sinônimo de civilizar e dominar”. Nessa lógica de dominação colonial, os povos “evangelizados” eram vistos e tratados como inferiores (Villasenor, 2024).

A teologia da *Plantatio Ecclesiae* gerou uma prática missionária caracterizada pela ênfase na conversão individual; pela transferência cultural da forma eclesial ocidental; pela dependência da Igreja europeia, que enviava missionários, recursos materiais e apoio organizacional. Além disso, ainda que criticada, essa teologia manteve vínculos com projetos econômicos e coloniais. As culturas locais eram desprezadas, vistas como obstáculos à fé cristã e, por isso, deviam ser superadas diante de um processo de “civilização cristã”. Ser cristão, portanto, significava abandonar a própria cultura e adotar a dos colonizadores, missionários e dominadores europeus. Nesse sentido, Bevans e Schroeder (2016, p. 199), que as “culturas e regiões locais foram consideradas essencialmente más” e quem morria sem ser batizado era condenado ao inferno ou no mínimo enviado para o limbo.

A missão tinha a finalidade de plantar a Igreja, tornando-a visível, estável, completa e solidamente estruturada. Portanto, era chamada como “território de missão” qualquer região onde a Igreja visível estivesse ausente, ou onde doutrina e sacramentos não fossem oferecidos de forma constante e estável. Os meios de salvação não estavam acessíveis a todas as pessoas. Estava implícita a tese de que a *Plantatio Ecclesiae* era inseparável da salvação das almas, pois implantar a Igreja e salvar eram conceitos correlatos (Raschietti, 2022). Essa visão, mesmo que tenha contribuído para a difusão do cristianismo, revelou limitações diante das transformações históricas do século XX. Era necessário superar a identificação entre missão e colonialismo, ao mesmo tempo buscar reconhecer a dignidade e a riqueza cultural dos povos evangelizados, tudo isso é refletido nas encíclicas sobre a missão.

3. Encíclicas Missionárias que mudaram a teologia e a prática missionária

No início do século XX, a missão da Igreja Católica foi profundamente desafiada pelo contexto do colonialismo e pelas independências emergentes nos chamados “países de missão”. Almeida e Brighenti (2020, p. 868) afirmam que “a missão não só tinha problemas, como havia se tornado um problema em si mesma”. A missão era geográfica e clerical com uma rejeição às religiões tradicionais, vistas como “falsas”. Nesse cenário, algumas vozes começaram a questionar tal modelo colonialista, abrindo caminho para a transformação missionária, ajudadas pela reflexão das grandes encíclicas eclesiais. As encíclicas missionárias, ao longo da primeira parte do século XX, reafirmaram a natureza universal da missão, insistiram na separação entre missão e colonialismo, incentivaram a formação de um clero local e convidaram todos os católicos a colaborarem com a missão.

a) Encíclica *Maximum Illud* publicada em 30 de novembro de 1919, do Papa Bento XV, em um momento crítico de profundas transformações globais. O mundo estava despedaçado pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), a Europa encontrava-se moralmente enfraquecida, e os desdobramentos do imperialismo e do colonialismo eram sentidos. Os países que haviam se enfrentado na guerra eram os mesmos que enviavam missionários para a África e Ásia, como resultado havia um forte nacionalismo entre os missionários. Os



nacionalismos levados para os lugares de missão geraram tensões e resultaram na expulsão de missionários nas “terras de missão”. A missão, em muitos casos, era conduzida sob a influência das potências coloniais, confundindo-se com a imposição política e cultural europeia (Bueno, 2015).

A encíclica marcou o início de uma nova etapa na consciência missionária da Igreja na modernidade. “Trata-se do primeiro grande pronunciamento pontifício do século XX sobre o tema, sinal de uma renovação missionária que buscava distanciar-se do imperialismo dos Estados-nação” (Raschiatti 2022, p. 213). O documento criticou a instrumentalização da missão por interesses nacionalistas, enfatizou a formação de um clero local e reafirmou a natureza universal e espiritual da missão evangelizadora da Igreja. Desvinculou a missão de qualquer projeto nacionalista ou colonial, afirmando que ela deve estar a serviço exclusivo do Reino de Deus. Os missionários deveriam cultivar uma profunda vida espiritual, aprender a língua e costumes do povo, ter zelo apostólico, desprendimento e humildade.

Maximum Illud indicou uma visão universal da missão da Igreja, pedia que os cristãos não propagassem os interesses de sua pátria, mas os de Jesus Cristo. Os missionários necessitam ser embaixadores de Cristo, não representantes de seu país. Sublinhou que o nacionalismo e o colonialismo comprometiam a credibilidade do Evangelho e dificultavam uma verdadeira evangelização, porque não é o propósito da Igreja propagar o domínio de qualquer nação sobre outras, mas unicamente o de levar o Reino de Deus a toda a humanidade. Infelizmente, havia entre os missionários quem se deixava guiar pelos interesses nacionalistas. Tudo isso deveria ser banido de toda atividade missionária.

Enfatizou a necessidade de romper com o modelo colonialista de evangelização, valorizando as culturas locais e promovendo lideranças autóctones (Scherer, 1996). Insistiu na formação de um clero nativo o mais depressa possível, porque o anúncio do Evangelho precisava levar à constituição de Igrejas locais autônomas, com seus próprios pastores, devidamente formados para guiar o povo de Deus. Esse apelo à formação de Igrejas locais e à purificação das intenções missionárias abriu caminho para um novo paradigma missionário, que culminaria no Concílio Vaticano II. A encíclica começou uma metamorfose no campo da missiologia, que inclusive, por ocasião do centenário da promulgação da *Maximum Illud*, o Papa Francisco escreveu a carta “Batizados e Enviados” (2019), proclamando um mês missionário extraordinário, reafirmando a atualidade e importância dos ensinamentos do documento para uma missão universal, inculturada, profética e convidando a assumir com novo impulso a missão *ad gentes*, de forma que abranja a transformação missionária da pastoral.

b) Encíclica *Rerum Ecclesiae*, publicada em 28 de fevereiro de 1926, pelo Papa Pio XI, com a finalidade de dar continuidade aos princípios de *Maximum Illud*, reforçando e ampliando os fundamentos da cooperação missionária. O cenário da década de 1920 era marcado pela reconstrução pós-guerra, pela persistência das estruturas coloniais e pela crescente presença de Igrejas cristãs, especialmente protestantes, nos territórios colonizados. A Santa Sé, por meio de *Propaganda Fide* e pela fundação das Pontifícias Obras Missionárias, buscava fortalecer sua presença institucional e garantir a fidelidade doutrinal e pastoral da missão católica (Scherer, 1996). Insere-se no contexto de reorganização e expansão missionária, entre os não cristãos da África e da Ásia.

A encíclica retomou temas como a formação do clero local, a espiritualidade missionária e o caráter evangélico da missão, consolidando uma nova visão eclesiológica: “a ideia-chave que perpassa essa Encíclica é dilatar o Reino de Cristo por meio da expansão da própria Igreja, como meio escolhido por Deus para oferecer o dom da salvação a todos os povos” (Raschietti, 2022, p. 214). Pio XI indicou uma missão aberta à universalidade e respeitosa das culturas locais, sublinhando que a finalidade principal da missão era a fundação da Igreja local autônoma, com o próprio clero.

Rerum Ecclesiae reafirmou a missão como parte essencial da Igreja, recordando o mandato de Cristo e destacando a responsabilidade universal dos católicos na propagação da fé como tarefa sempre atual. Defendeu a purificação da missão das contaminações ideológicas, políticas e nacionalistas, centrando-a no Evangelho. Insistiu na formação de padres e bispos nativos como sinal de maturidade das Igrejas locais, porque a missão não pode depender indefinidamente da presença estrangeira, dando prioridade à criação de seminários e centros de formação local. O missionário deve ser santo, homem de oração, virtude, sacrifício e disciplina, testemunhando o Evangelho com espírito de serviço e inculturação. Convidou a Igreja para a cooperação missionária, mediante a oração, o apoio material e o envio de vocações. O documento foi um avanço significativo na consciência missionária, consolidando a transição da missão como mera extensão da cristandade europeia, para a fundação de comunidades autênticas, enraizadas em sua cultura (Scherer, 1996). Contudo, a encíclica tem as limitações próprias da época, como a linguagem que, apesar de ser respeitosa, sugere uma postura hierárquica e um eurocentrismo teológico e institucional.

Após a publicação da encíclica, Pio XI foi conhecido como o “Papa Missionário”, pois ordenou os primeiros seis bispos chineses (1926), instituiu o Dia Mundial das Missões para ajuda material (1926), proclamou São Francisco Xavier e Santa Terezinha de Jesus como padroeiros das missões (1927) e incentivou a criação de faculdades de missiologia, como a Pontifícia Universidade Gregoriana (1932) e a Universidade Urbaniana (1933) (Raschietti, 2022, p. 215). Também, em 1922, elevou as Obras da Propagação da Fé, da Infância Missionária e de São Pedro Apóstolo ao status de pontifícias com caráter universal.

c) **Encíclica *Evangelii Praecones*** do Papa Pio XII, publicada em 02 de junho de 1951, celebrava o vigésimo quinto aniversário da encíclica *Rerum Ecclesiae*. O documento abordou a missão católica no mundo moderno e reafirmava a urgência da missão no mundo em transformação após a Segunda Guerra Mundial, enfatizou o desenvolvimento das Igrejas locais e o papel dos missionários como colaboradores, não colonizadores. Vivia-se um contexto de trágicas consequências da Segunda Guerra Mundial, a destruição, o enfraquecimento e a desmoralização da Europa diante do resto do mundo, junto com o rápido processo de independência política dos povos até então colonizados, também, tinha mudado a conjuntura internacional e nascido a formação e o protagonismo das igrejas locais, que mais do que nunca, continuaram na agenda e na estratégia promovida pelo magistério pontifício (Raschietti, 2022).

d) **Encíclica *Fidei Donum*** publicada pelo Papa Pio XII em 21 de abril de 1957, dirigida ao episcopado católico, especialmente o europeu, com o objetivo de fomentar a cooperação missionária entre Igrejas particulares da Europa e as jovens Igrejas da África. A década de 1950 estava marcada por fortes transformações sociais e políticas, como o processo de



descolonização africana e o pós-guerra. Diversos países da África e Ásia caminhavam rumo à independência, a Igreja se via diante do desafio de apoiar esse processo, com uma presença evangelizadora sólida e livre da herança colonial. “O Papa tentava mediar entre a justa reivindicação da independência dos povos colonizados e o reconhecimento do progresso trazido pelos europeus em diversas regiões do mundo” (Raschietti, 2022, p. 218).

Fidei Donum introduziu uma prática inovadora no envio de sacerdotes diocesanos para colaborar na evangelização em outras regiões do mundo, em especial a África. Pio XII ressaltava no documento de forma positiva o florescer da fé em muitas regiões da África, mas via a urgência de enviar missionários. A novidade estava na convocação de padres diocesanos para atuarem como missionários, mantendo seu vínculo com a diocese de origem. A encíclica fez a proposta da cooperação missionária entre as dioceses e não apenas entre institutos religiosos, pedindo aos bispos para disponibilizarem sacerdotes com espírito de generosidade, para que trabalhem em regiões mais carentes. A encíclica era considerada marco na renovação missionária por três razões: introduziu a missão partilhada entre dioceses; rompeu com a ideia de missão como tarefa exclusiva de congregações religiosas; valorizou a dimensão eclesial da missão como expressão de comunhão e participação.

e) Encíclica *Princeps Pastorum*, sobre as missões católicas, publicada em 28 de novembro de 1959, pelo papa João XXIII, por ocasião dos 40 anos da *Maximum Illud*, com a finalidade de promover a missão, em especial nos países que estavam independentes do domínio colonial europeu. A Encíclica foi continuidade para a reflexão missionária que começou com *Maximum Illud*. O documento dá ênfase a três aspectos de continuidade, a constituição da Igreja local, a formação do clero autóctone e o papel dos leigos na missão. Entretanto, a maior parte da Encíclica destacou a importância do apostolado dos leigos nas novas Igrejas locais.

4. O itinerário rumo ao Concílio Vaticano II

A Igreja assumiu a *Maximum Illud* como paradigma missionário até o Concílio Vaticano II, incorporando novos elementos nas encíclicas posteriores, para responder melhor às exigências da atividade missionária. Como foi dito anteriormente, os papas sucessores de Bento XV publicaram encíclicas dedicadas à missão, retomando elementos da *Maximum Illud*: Pio XI com *Rerum Ecclesiae* (1926), Pio XII com *Evangelho Praecones* (1951) e *Fidei Donum* (1957), João XXIII com *Princeps Pastorum* (1959). Aos poucos, esses documentos passaram a modular a *missio ad gentes*, enriqueceram a noção de evangelização e contribuíram para a reconfiguração da missão universal (Bueno, 2015). Nesse processo, o mundo colonialista passou a forjar a descolonização da própria Igreja (Suess, 2006).

As encíclicas missionárias antes do Concílio Vaticano II ajudaram na criação da consciência da natureza missionária da Igreja, da necessidade da cooperação missionária eclesial, da colegialidade episcopal e da centralidade das igrejas locais na evangelização. Com a cooperação missionária entre as dioceses inaugurou-se a solidariedade eclesial. Também favoreceram a superação da vinculação histórica entre missão e colonialismo, valorizando as Igrejas locais mediante a formação de um clero nativo e a preocupação com a adaptação cultural do Evangelho. Inclusive se ampliou o horizonte da cooperação missionária universal, como tarefa não apenas das congregações missionárias, mas também dioceses e lei-

gos. Tais orientações trouxeram um amadurecimento teológico e eclesiológico da missão, assumido pelo Decreto *Ad Gentes*.

Esses documentos do magistério eclesial não romperam com o paradigma clássico da missão, mas evidenciaram novas faces de deslocamentos progressivos, isto é, de uma missão unilateral e colonizadora para uma missão dialógica e partilhada; de uma Igreja europeia que doa a fé para uma Igreja mundial em comunhão de dons; de uma teologia da salvação exclusivista para uma compreensão mais ampla da missão como participação no Reino de Deus. Os deslocamentos prepararam uma mudança paradigmática, que o Concílio Vaticano II formalizou. Os documentos *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes* e *Ad Gentes* propuseram uma teologia trinitária da missão, centrada na comunhão, no diálogo e na presença transformadora do Evangelho nas culturas.

Contudo, o período que antecedeu ao Vaticano II foi marcado por conflitos e mudanças na teologia e na prática missionária da Igreja. Embora a teologia da *plantatio Ecclesiae* e do inclusivismo ainda delineassem o horizonte da missão, as encíclicas de Bento XV, Pio XI e Pio XII anunciavam uma mudança de sensibilidade e de modelo missionário. A missão começava a ser compreendida não apenas como expansão da Igreja, mas como manifestação do amor trinitário de Deus ao mundo (AG, 2-3). Esse movimento culminaria na grande renovação do Vaticano II, que reconhece a missão como tarefa essencial de toda a Igreja e de todos os batizados (AG, 2).

A efervescência teológica na Igreja, a necessidade de se ressituar no mundo moderno e de repensar os métodos da missão, diante do processo de secularização e do anseio pela unidade entre os cristãos, criaram os pressupostos para o Concílio Vaticano II. O Papa João XXIII concebeu-o como um esforço de *aggiornamento*, capaz de suscitar um novo Pentecostes. A evangelização e a missão tornaram-se as primeiras palavras da nova linguagem e dos projetos eclesiais. Em grande parte da Igreja despertando entusiasmo e esperança. A revitalização da Igreja permitiria que enfrentasse com renovado vigor sua missão (Bueno, 2015).

O desenvolvimento da teologia da missão veio por meio do Papa Pio XI, que incentivou a pesquisa e a reflexão missiológica na Pontifícia Universidade Gregoriana e na Urbaniana em Roma. De tal modo, a missão da Igreja passou por transformações ao longo dos séculos, culminando em uma verdadeira metamorfose com o Concílio Vaticano II. Esse evento marcou a virada na compreensão e na prática missionária, superando visões colonialistas e abrindo espaço para uma Igreja que se percebeu como essencialmente missionária, em diálogo com o mundo contemporâneo. Retomando as origens bíblicas e a inspiração trinitária, a Igreja redescobriu a vocação de ser presença viva de comunhão, diálogo e serviço.

5. O novo paradigma missionário conciliar

A partir do Concílio Vaticano II, a teologia missionária passou a ter como ponto de partida o próprio ser de Deus, que é Trindade e que envia em missão (Mt 28,19-20). Essa compreensão reconhece Deus como a origem da missão (AG, 2), superando a separação entre o ser e a ação divina. Assim, abandonou-se a ênfase em uma salvação meramente individual, entendida como simples adesão à Igreja, bem como a visão eclesiocêntrica da missão,



restrita à expansão da *plantatio Ecclesiae*, sem o devido enraizamento na missão de Deus e na realização do seu Reino. A missão deixa de ser concebida como territorial e passa a ser compreendida como a própria essência da Igreja (Bevans; Schroeder, 2016). Já não se trata de uma expansão territorial ou cultural, mas de uma presença marcada pela comunhão, pelo serviço e pelo diálogo entre os povos (Bosch, 2007). O Concílio foi o verdadeiro *kairós* para a Igreja, um tempo oportuno de renovação. Inspirado pelo retorno às fontes bíblicas e patrísticas, marcando uma ruptura com o eclesiocentrismo e o cristomonismo que sustentaram a autoconsciência eclesial durante o longo período da cristandade. Reconheceu-se, então, que o objetivo da missão não é, em primeiro lugar, implantar a Igreja, mas “tornar presente o Reino de Deus no mundo” (Almeida; Brighenti, 2020, p. 877).

Os documentos conciliares confirmam o novo paradigma teológico missionário. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* apresenta a Igreja como Povo de Deus em peregrinação histórica, orientada para o Reino. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, por sua vez, convocou a Igreja a dialogar de modo aberto e responsável com a realidade global, respondendo aos sinais dos tempos. O Decreto *Ad Gentes* introduziu uma nova visão das religiões “não cristãs”, reconhecendo nelas valores e sementes do Verbo que as predispõem ao Evangelho. A Declaração *Nostra Aetate* incentivou o diálogo inter-religioso, fundamentado na caridade e no testemunho respeitoso junto a outras tradições religiosas. Complementando esse movimento, a Declaração *Dignitatis Humanae* reafirmou o princípio da liberdade religiosa, reconhecendo o direito inalienável de cada pessoa de buscar a verdade, a partir da própria consciência, sem coerções externas (Almeida; Brighenti, 2020).

O Concílio Vaticano II, por meio do decreto *Ad Gentes*, apresentou o desígnio salvífico universal da Trindade, cuja fonte é o Pai e que se realiza no envio do Filho e do Espírito Santo (AG, 2-3). Nesse horizonte, afirma-se que a Igreja é missionária por sua própria natureza (AG, 2). Surgiu, então, a questão: qual é o papel e o significado das missões, ou da *missio ad gentes*, se toda a Igreja é missionária? A resposta está no reconhecimento de que a missão é única e permanece a mesma em todas as circunstâncias, ainda que se concretize de formas diversas conforme os contextos históricos (AG, 6). As condições podem variar, mas a *missio ad gentes* conserva sua relevância, uma vez que sempre existirão regiões e situações que exigem uma ação missionária específica (AG, 16).

De acordo com Paulo Suess (2024, p. 116), “o Concílio iniciou processos que livraram a missão da fixação a territórios geográficos e fizeram a Igreja descobrir sua natureza missionária”. A missão deixou de ser prioritariamente a implantação de estruturas eclesiais para tornar-se presença ativa do Reino de Deus no mundo (Restori, 2015). Nesse horizonte, a *missio ad gentes* foi renovada em sua essência, recuperando sua origem trinitária: “A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na missão do Filho e do Espírito Santo” (AG, 2). Desse modo, “a missiologia, que era um anexo optativo ao campo pastoral, migrou para o campo da teologia fundamental. A missiologia como teologia fundamental tornou-se núcleo do Vaticano II” (Suess, 2024, p. 130).

O Concílio Vaticano II superou a concepção colonialista, que marcou parte da história missionária e retomou os fundamentos bíblicos e teológicos da missão, inaugurando uma nova forma de ser Igreja e de fazer missão. A missão passou a ser entendida como a própria natureza da Igreja (AG, 2), como uma comunidade que, movida pelo amor, abre suas por-

tas com entusiasmo e foi ao encontro do outro. Progressivamente, passou-se a valorizar a cultura, os costumes, as línguas e as religiões dos povos. Iniciou-se um processo de transformação da missão, de uma visão voltada à expansão territorial da Igreja visível, para uma compreensão que reconhecia a presença de Deus no mundo (*Missio Dei*). Assim, as diversas interfaces da missão expressaram o chamado a ser uma Igreja em saída, testemunhando, dialogando e servindo fielmente à dinâmica trinitária que a sustenta.

Apesar da teologia da missão do Concílio Vaticano II e dos documentos posteriores, ainda grande parte da teologia e da ação missionária permaneceram atreladas às estruturas eurocêntricas que, muitas vezes, marginalizaram as vozes dos povos originários e perpetuaram desigualdades econômicas e sociais (Raschietti, 2022). Diante desse contexto, permanece o desafio de buscar novas alternativas missionárias, fundamentadas nas sabedorias locais, espiritualidades encarnadas e teologias comprometidas com a justiça social. Historicamente, a missão foi moldada pelas tradições eclesiais e acadêmicas ocidentais, que reforçaram ideologias coloniais e sustentaram uma matriz de poder excludente. Tais abordagens compreenderam a missão como um projeto civilizatório, intrinsecamente ligado à expansão imperial e à dominação cultural. Nas últimas décadas, porém, foram desafiados os paradigmas tradicionais, oferecendo críticas decoloniais e construindo modelos alternativos, enraizados nas lutas, culturas e história dos povos originários (Suess, 2024).

A missão superou definitivamente a herança colonialista e eurocêntrica, ancorando-se em fundamentos teológicos mais autênticos. O desafio atual, contudo, permanece, diante da necessidade de aprofundar a reflexão sobre o verdadeiro significado da *missio ad gentes*, redescobrimdo a centralidade da Trindade como fonte de uma Igreja que, fiel ao Evangelho, se faz serva, promotora da justiça, do diálogo e da libertação integral dos povos. De acordo com o magistério do Papa Francisco (2013), o impulso missionário conciliar, ainda em processo de amadurecimento, continua a convocar a Igreja a uma conversão missionária e pastoral permanente, fiel à sua essência de ser “uma Igreja em saída”, fermento do Reino de Deus no coração da história.

Na atualidade, no contexto da globalização, a missão enfrenta novas transformações. A distinção entre mundo “cristão” e “não cristão” praticamente desapareceu. A própria Europa, outrora majoritariamente cristã, tornou-se secularizada e acolhe intensos fluxos migratórios de diversas regiões do planeta, configurando um cenário de pluralismo religioso. Essa realidade coloca em questão a missão *ad extra*, voltada aos “não cristãos”. Surge, então, a pergunta: ainda é necessário sair da própria terra para encontrar os “não cristãos”, quando estão na nossa porta? Contudo, o Papa Francisco (2013) quer uma “Igreja em saída”, não apenas em sentido geográfico, mas cultural e religioso. Trata-se de sair de si mesmo para entrar na cultura e na vida do outro sendo hóspede nos contextos nos quais a existência humana se encontra ameaçada.

6. Considerações finais

As encíclicas missionárias publicadas entre *Maximum Illud* (1919) e *Princeps Pastorum* (1959) representam um processo gradual de renovação da teologia e da prática missionária da



Igreja. Embora enraizadas no modelo da *plantatio Ecclesiae*, introduziram elementos para a superação do colonialismo, a valorização da diversidade cultural e a corresponsabilidade das Igrejas locais. Aos poucos foi se criando uma metamorfose missionária e teológica. Veio a superação da concepção da centralidade da Igreja, da expansão territorial e estruturas eclesiais eurocêntricas. Enfim, o magistério das Encíclicas missionárias enriqueceu a teologia da missão, contribuindo para a reconfiguração da Igreja em vista da missão universal.

As novas práticas missionárias foram impulsionadas, aos poucos, pelo magistério eclesial, que purificavam a missão de vínculos coloniais, promovendo o fortalecimento das Igrejas locais com clero próprio e incentivando a cooperação missionária entre as dioceses. Assim, consolidava-se, gradualmente, uma nova práxis missionária na Igreja, que encontra seu ponto culminante no Concílio Vaticano II. Nesse contexto, supera-se a concepção de missão como expansão territorial para uma teologia fundamentada na Trindade, que é origem e fonte da missão. Esse percurso encontra sua maturidade na elaboração dos documentos conciliares, especialmente no decreto *Ad Gentes*.

Com o Concílio Vaticano II a missão deixou de ser um apêndice da vida eclesial e pastoral, para tornar-se a própria identidade da comunidade cristã, chamada a abrir-se com entusiasmo e caminhar ao encontro de todos. A Igreja deixou de ter “território de missão” e passou a ser “missionária por natureza”. Essa metamorfose revelou uma Igreja que, movida pelo amor do Pai, pelo envio do Filho e pela força do Espírito Santo, está intimamente ligada à essência do próprio Deus; assim a Igreja assume plenamente seu cerne vocacional missionário em todos os tempos e lugares do mundo.

7. Referências

ALMEIDA, Nadi Maria de; BRIGHENT, Agenor. A missão ad gentes em torno da renovação do Vaticano II. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 60, n. 3, p. 867-881, set./dez. 2020.

BENTO XV. *Maximum Illud: carta encíclica sobre a propagação da fé católica em todo o mundo*. Brasília: CNBB, 2018.

BEVANS, Stephen; SCHROEDER, Roger. *Diálogo profético: reflexões sobre a missão cristã hoje*. São Paulo: Paulinas, 2016.

BÍBLIA de Jerusalém. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2003.

BUENO, Eloy. A missão evangelizadora da Igreja: finalidade e natureza. *Teologia e Catequese*, Burgos, n. 133, p. 13-37, 2015.

CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 1982.

FRANCISCO, Papa. Batizados e enviados: a missão da Igreja no mundo. Carta para o Mês



Missionário Extraordinário. In: BENTO XV. *Maximum Illud: carta encíclica sobre a propagação da fé católica em todo o mundo*. Brasília: CNBB, 2018. p. 33-39.

FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium: exortação apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2013.

JOÃO XXIII, Papa. *Princeps Pastorum: carta encíclica sobre a promoção das missões*. 28 nov. 1959. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_28111959_princeps.html. Acesso em: 13 jul. 2025.

PIO XI, Papa. *Rerum Ecclesiae: carta encíclica sobre a missão da Igreja e a propagação da fé*. Roma, 28 fev. 1926. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19260228_rerum-ecclesiae.html. Acesso em: 17 maio 2025.

PIO XII, Papa. *Evangelii Praecones: carta encíclica sobre o fomento das missões*. Roma, 2 jun. 1951. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/en/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_21041957_fidei-donum.html. Acesso em: 16 maio 2025.

PIO XII, Papa. *Fidei Donum: carta encíclica sobre a situação das missões católicas na África*. Roma, 21 abr. 1957. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/en/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_21041957_fidei-donum.html. Acesso em: 16 maio 2025.

RASCHIETTI, Estevo. *A missão em questão: a emergência de um paradigma missionário em perspectiva decolonial*. São Paulo: Vozes, 2022.

RESTORI, Memore. *A missão no Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015.

SCHERER, Odilo Pedro. *Missão da Igreja: a missão ad gentes no magistério pontifício do século XX*. São Paulo: Paulinas, 1996.

SUESS, Paulo. A missão no canteiro de obras do Vaticano II: contexto e texto do Decreto *Ad Gentes* revisitado 40 anos depois de sua promulgação. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 66, n. 261, jan. 2006. doi: 10.29386/reb.v66i261.1610.

SUESS, Paulo. *Teologia da missão: convocar e enviar servos e testemunhas do Reino*. São Paulo: Vozes, 2004.

VILLASENOR, Rafael. A questão salvífica no paradigma do pluralismo religioso. In: VILLASENOR, Rafael; RASCHIETTI, Estevo (org.). *Interfaces da missão a partir da América Latina*. Aparecida: Santuário, 2024.

VILLASENOR, Rafael. Para uma teologia do pluralismo religioso: visão tripartite. *Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura*, ano VII, n. 34, p. 135-138, abr./jun. 2011.

